

Eleições: Número de candidaturas em 2024 é o menor dos últimos 16 anos no Vale do Paraíba e região



Levantamento feito pelo g1 mostra que foram pouco mais de 6,7 mil candidaturas neste ano. Nas últimas eleições municipais haviam sido registrados 8,3 mil candidatos.

O número de pessoas que vão disputar uma vaga na política das 46 cidades do Vale do Paraíba e região bragantina no próximo dia 6 de outubro está menor.

É o que apontam os dados do Tribunal Superior Eleitoral, que mostrou que a região tem o menor número de candidaturas nos últimos 16 anos. Segundo o levantamento feito pelo g1, com base nos dados do TSE, são

pelo menos 6.741 candidatos que disputam os cargos de prefeito, vice e vereador nas eleições municipais deste ano. O número foi atualizado pela última vez nesta quarta-feira (4). O número de candidaturas no pleito deste ano representa uma queda de 19,2% na comparação com as últimas eleições municipais, realizadas em 2020, ainda durante a pandemia da Covid-19. Na ocasião, de acordo com o TSE, foram 8.341 pessoas que resolveram se candidatar aos três cargos em disputa no pleito municipal em toda a região. A última vez que a região teve um número

menor do que as 6,7 mil candidaturas deste ano foi no pleito de 2008. A época foram 5.297 candidaturas em 43 das 46 cidades. O número menor de cidades é devido ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral não mostrar as candidaturas em Aparecida, Potim e Roseira. O g1 acionou o Tribunal Regional Eleitoral de SP, mas segue aguardando retorno. De 2008 para cá, o número de candidaturas só subiu na região: passou para 7.286 em 2012 e 7.650 em 2016. Quatro anos depois, em 2020, 8.341 candidaturas foram registradas no sistema do TSE.

Para cortar gastos, Taubaté não terá desfile de 7 de setembro pelo 2º ano seguido



Ao invés de realizar a tradicional apresentação na Avenida do Povo, a administração municipal informou que fará atividades internas nas escolas. O valor que será economizado sem a realização do evento não foi divulgado pela prefeitura. Por causa de uma medida para corte de gastos, a Prefeitura de Taubaté não vai realizar o tradicional desfile de 7 de setembro, celebração da Independência do Brasil, na Avenida do Povo, pelo segundo ano seguido. A decisão foi confirmada na tarde desta quarta-feira (4) ao g1.

A administração municipal informou que o desfile não será realizado por conta do decreto que foi instituído em 2023 com medidas para diminuir os gastos da administração municipal, devido à crise financeira enfrentada pela cidade.

No decreto, é determinado que a prefeitura deve limitar os gastos na realização de eventos públicos. O valor de economia que a suspensão do desfile representará não foi informado. Assim como no

ano passado, ao invés do desfile, as ações de celebração do dia 7 de setembro serão feitas somente nas escolas nos dias que antecedem a data.

A prefeitura argumentou em nota que “isso estimula a cidadania e o amor à Pátria, além de incentivar o comércio dos bairros”.

A prefeitura destacou que o desfile implicaria em várias demandas, como hora extra de funcionários, preparação e decoração da avenida, mobilização de equipe para limpeza da via após o evento, entre outras ações que teriam gastos.

Em 2022, ano em que a Independência do Brasil completou 200 anos, Taubaté celebrou a data com desfiles e apresentações na Avenida do Povo. Na ocasião, além de militares e agentes das forças de segurança, cerca de 1.150 alunos da rede municipal de ensino desfilaram.

O evento também contou com apresentações da Fanfarrinha Municipal de Taubaté (FAMUTA), Banda Projeto Músico do Futuro (BAMUF), e as

fanfarras dos bairros Madre Cecília, Sônia Maria, Marlene Miranda, Avedis, Dr. Quirino e São Gonçalo.

Crise financeira

Em julho de 2023, a prefeitura de Taubaté publicou um decreto com uma série de medidas para enxugar os gastos na administração municipal, devido à crise financeira vivida pela cidade, que afetava principalmente a área da Saúde, setor em que o município acumulou dívidas milionárias.

Entre as principais medidas impostas pelo prefeito estavam a suspensão de pagamento de licenças-prêmios e da concessão de férias aos servidores. O decreto estabeleceu que só podem sair de férias os funcionários que estiverem com o segundo período próximo ao vencimento.

O decreto ainda vedou realização de horas extras, com exceção dos funcionários da Saúde, Educação e Defesa Civil. Novas nomeações e contratações de servidores também foram temporariamente vedadas, além do gasto com viagens.



A Gazeta dos Municípios

Caçapava, Campos do Jordão, Caraguatatuba, Cunha, Ilhabela, Jambéiro, Lagoinha, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luís do Paraitinga, Taubaté, Tremembé e Ubatuba

DIRETOR RESPONSÁVEL : DANIEL DOMINGUES RIBEIRO

Cadastre-se pelo whatsapp

(12)991962417 e receba

gratuitamente a edição


diária do jornal via

whatsapp



Tel (12) 36722257

publicacoesgazeta@hotmail.com



CNPJ: 45.167.517/0001 - 08

Município de Redenção da Serra

Av. XV de Novembro, 829 - Centro
Redenção da Serra - SP - CEP: 12.170-000
www.redencao.serra.sp.gov.br

EDITAL DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LEI DE ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA

2025

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 48 da LRF a Prefeitura Municipal de Redenção da Serra, Estado de São Paulo, torna público que fará realizar às 18h00m do dia 09 de setembro de 2024 nas dependências da Prefeitura Municipal de Redenção da Serra, situada na Avenida XV de Novembro, 829, centro, a Audiência Pública na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025. Convidamos os interessados e a população do município. JUCIMAR FERREIRA DA SILVA – Prefeito Municipal

Tamoios vai cobrar tarifa de veículos de carga com eixos suspensos ou não nos pedágios de Jambéiro e Paraibuna

Segundo a Tamoios, caminhões que transitarem com eixos suspensos com carga visível ou documento fiscal em aberto passarão a ser cobrados a partir do dia 12 de setembro.

A Concessionária Tamoios, que administra a rodovia dos Tamoios, via que liga o Vale do Paraíba ao Litoral Norte de São Paulo, divulgou na tarde desta quarta-feira (4) que a partir do dia 12 de setembro a via passará a cobrar tarifa pela totalidade dos eixos, suspensos ou não, de todos os veículos comerciais que circularem carregados pela rodovia. Segundo a Tamoios, a medida vale para as duas praças de pedágio da rodovia, localizadas em Jambéiro (km 16) e em Paraibuna (km 59).

De acordo com a concessionária, para fazer a cobrança, será feita a conferência de cargas por checagem visual em veículos com reboques abertos.

Quando não for possível a conferência visual, será feita por meio do Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e), documento fiscal eletrônico que traz informações sobre origem, destino e tipo de produtos transportados. Caso passe pela praça de pedágio com o MDF-e em aberto, o motorista será tarifado pela totalidade dos eixos do veículo.

A concessionária explicou que a verificação do MDF-e é realizada de forma automática, com uso de câmeras inteligentes que fazem a leitura das placas veicula-

res. Assim que o veículo entra na pista da cabine, o sistema já informa ao arrecadador a existência ou não do documento em aberto. Somente veículos visivelmente vazios ou sem MDF-e aberto estarão isentos da cobrança da tarifa sobre eixos que não tocarem o solo. Como será feito o pagamento? Nas cabines de cobrança manual das praças de pedágio na Rodovia dos Tamoios são aceitos:

o pagamento em dinheiro, cupom Rodocred Vale Pedágio e cartão REPOM Vale Pedágio, cartões de débito (por aproximação) e crédito (por aproximação).

Já nas cabines de cobrança automática são aceitos os sistemas Veloe, Connectcar, Move Mais, Taggy e Sem Parar.

EXPEDIENTE

JORNAL DIÁRIO E REGIONAL A GAZETA DOS MUNICÍPIOS

Editada por Editora Flor do Vale Jornalismo
Comunicação e Promoção Ltda.

CNPJ: 61.661.328/0001-43

Rua dos Lírios, 171- Flor do Vale - Tremembé - SP

Tel. (0xx12) 3672-2257

Fax (0xx12) 3672-4831

CEP 12120-000

E-mail: publicacoesgazeta@hotmail.com

Registro no INPI 81717790

Impresso em 03/09/2024

Diretor responsável pela publicação:

Daniel Domingues Ribeiro PRT 004860

Diretora Comercial: Dolores Russo

Editores: Redação Eletrônica e Impressão: Pré Impressão Gráfica - SP - Capital.

Representante em São Paulo:

REVEESP Representações Ltda.

Alameda dos Jurupes, 455

Conj. 46 - São Paulo - CEP 04088-001

Filiado a ADJORN Associação dos

Jornais do Interior.

Sistema de distribuição dirigida.

Matérias pagas ou autografadas, não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Atenção: Este jornal é distribuído à todas as Prefeituras e Câmaras Municipais do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Região Serrana, além de vários órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Aviso: Não existe falta de jornais para demanda diariamente. Edições atuais e de arquivos estão sempre a disposição no endereço: Rua dos Lírios nº 171, Bairro: Flor do Vale, Tremembé-SP, onde poderão ser retiradas.

A GAZETA DOS MUNICÍPIOS

Acesse o QR code e conheça nosso site
www.agazetadosmunicipios.com

Contato: (12) 3672-2257

WhatsApp: (12) 99196-2417

E-mail: publicacoesgazeta@hotmail.com



Assédio eleitoral: patrão que tenta determinar voto de funcionário comete crime; veja como denunciar

Em 2022, durante as últimas eleições, o Ministério Público do Trabalho, na sede da região administrativa de São José dos Campos, registrou 20 denúncias de assédio eleitoral. Empregador que cometer esse crime pode ser multado, ser obrigado a pagar indenização, sofrer processo judicial e, se condenado, pode até ser preso. O empregador que coagir, ameaçar ou prometer benefícios para que um funcionário vote em determinado candidato nas eleições configura crime de assédio eleitoral, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT). Em 2022, durante as últimas eleições no país, o MPT, na sede de São José dos Campos, que atende municípios do Vale do Paraíba, recebeu ao menos 20 denúncias de assédio eleitoral. Desse caso, 12 resultaram em recomendações do órgão para as empresas, solicitando que os locais tomassem providências diante das denúncias. Neste ano, o Ministério Público do Trabalho já está recebendo denúncias de assédio eleitoral. Até o início desta quarta-feira (4), nenhum trabalhador da região havia prestado queixa de assédio eleitoral para o órgão.

Até o momento, segundo o MPT, já há investigação em andamento sobre funcionários do estado de São Paulo que denunciaram a prática

criminosa no local de trabalho, como nas cidades de Bauru, Campinas, Guaiçara, Itapira, Jundiá, Leme, Paulínia, Penápolis e São José do Rio Preto.

A medida visa garantir a proteção dos direitos dos trabalhadores e coibir práticas que violem a liberdade de expressão e de escolha política. Todo o processo é feito de forma sigilosa, sem identificar o trabalhador que fez a denúncia. O órgão explica que o assédio eleitoral ocorre sempre que há uma intimidação do empregador, utilizando de sua estrutura empresarial e de seu poder diretivo, para modificar o voto do trabalhador. São exemplos de assédio eleitoral: ameaça de demissões a depender do resultado das eleições; obrigar a utilização de uniformes alusivos a determinado candidato; incentivos financeiros ou promessas de promoção condicionados à vitória de determinado candidato; reuniões internas com o objetivo de mobilizar o voto dos trabalhadores; proibir a locomoção do empregado no dia da eleição, impedindo-o de votar, entre outras ações de coação. Segundo o MPT, além de representar uma violação à Constituição Federal, o assédio eleitoral pode resultar em indenização judicial e constitui crime previsto no Código Eleitoral, com pena de reclusão

de até 4 anos e multa. Como provar o assédio eleitoral?

Segundo o MPT, a prática do assédio eleitoral pode ser comprovada de diversas formas, como por mensagens, e-mails, comentários e postagens em redes sociais, documentos, imagens, áudios, ligações telefônicas gravadas, vídeos, registros de ocorrências em canais internos da empresa ou órgãos públicos.

É possível ainda provar o assédio eleitoral através de testemunhas que presenciaram a conduta assediadora ou tiveram conhecimento dos fatos. Como denunciar?

Um funcionário que sofrer assédio eleitoral pode fazer a denúncia de forma sigilosa. Para formalizar sua denúncia no MPT, o trabalhador pode fazer a queixa pelo site - clique aqui para acessar. Além do site, o trabalhador pode fazer a denúncia por telefone, por e-mail ou pessoalmente na sede local do MPT. Denúncias desse tipo também podem ser encaminhadas aos sindicatos da categoria.

No Vale do Paraíba, a sede do MPT fica em São José dos Campos, na Av. Cassiano Ricardo, 601 - Parque Residencial Aquarius, no prédio The One Office Tower. O telefone para contato é o (12) 3131-0050. O local atende de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h.

Obras no Viaduto da CTI, em Taubaté, são suspensas por quatro meses



Segundo a prefeitura, a medida foi necessária por conta da falta de um repasse do Governo de SP. As obras haviam sido iniciadas em maio e tinham prazo de seis meses. A Prefeitura de Taubaté suspendeu por quatro meses as obras no viaduto da CTI, que fica na avenida Charles Schneider. A informação foi publicada inicialmente pelo Jornal Ovale e confirmada pela Rede Vanguarda. A suspensão das obras foi publicada em Diário Oficial. Segundo o documento, a suspensão temporária de quatro meses (120 dias) passou a contar a partir de 9 de agosto - com isso, as obras devem ser retomadas no início de dezembro deste ano.

A obra havia sido iniciada em maio deste ano - após diversas tentativas de licitação por parte da gestão municipal - e tinha como prazo de 180

dias.

De acordo com a gestão municipal, a paralisação dos trabalhos foi necessária "em razão da falta de repasse do governo estadual referente ao valor de R\$ 450 mil, o que inviabilizou, momentaneamente, a continuidade dos serviços".

O valor total da obra é de aproximadamente R\$ 2.628.287,22, com contrapartida do Estado de R\$ 1,5 milhão, segundo a prefeitura.

Questionada pela reportagem, o Governo de São Paulo explicou que técnicos trabalham para auxiliar a cidade e que um documento está em processo de aditamento para prosseguimento do convênio.

As obras são realizadas pela empresa Jatobeton Engenharia, de Recife (PE), sob supervisão da Secretaria de Obras de Taubaté. O contrato, que inclui as obras do 'viadu-

to torto', custará R\$ 5,2 milhões no total.

A maior parte será bancada por meio de repasses do governo estadual e o restante ficará sob responsabilidade da prefeitura. A Prefeitura de Taubaté concluiu que, até a pausa, o viaduto da avenida Charles Schneider recebeu serviços de "lixamento, limpeza, tratamento de armaduras, recomposição de armaduras em áreas com elevado grau de corrosão e injeção de resina estrutural nas trincas".

No caso do 'viaduto torto' (viaduto Vereador Fábio Bueno Patrício) as obras tiveram início no começo de abril e seguem em andamento, também com prazo de 180 dias.

A Jatobeton foi procurada, mas não comentou sobre o assunto até a publicação da reportagem.

Funcionários da Gerdau em Pindamonhangaba Realizam Paralisação Pelo Fim da Jornada de Trabalho 6x1



Os trabalhadores da fábrica Gerdau, localizada em Pindamonhangaba, iniciaram uma paralisação nesta quinta-feira (5) para reivindicar o fim da jornada de trabalho 6x1. O ato, que deve durar uma hora, será repetido em todos os turnos ao longo do dia.

A escala 6x1, na qual os funcionários trabalham seis dias e folgam um, tem sido alvo de reclamações do Sindicato dos Metalúrgicos há quatro anos. Segundo o presidente do sindicato, André Oliveira, essa jornada compromete o convívio familiar e a segurança dos trabalhadores.

“São inúmeras reclamações. Muitos trabalhadores acabam deixando a

empresa porque não suportam essa jornada. Eu mesmo trabalhei muitos anos nela e sei como é difícil manter um convívio familiar. Além disso, o cansaço provocado por essa escala pode comprometer a segurança”, afirmou Oliveira.

Além da questão da jornada de trabalho, a paralisação também busca pressionar pela Campanha Salarial. A bancada patronal do setor do aço ainda não aceitou a proposta de aumento real de salário reivindicada pela Federação dos Metalúrgicos (FEM-CUT/SP). A unidade da Gerdau em Pindamonhangaba, que atua no setor automotivo, emprega atualmente cerca de 2.500 funcioná-

rios. O AgoraVale entrou em contato com a Gerdau para saber o posicionamento da empresa. A mesma enviou a seguinte nota:

“A Gerdau confirma que na manhã desta quinta-feira (5) ocorreu uma parada sindical programada e temporária organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos local em frente à unidade de Pindamonhangaba (SP). Este movimento faz parte das negociações em curso relacionadas à Campanha Salarial. A Companhia reafirma seu compromisso com o diálogo aberto e transparente com seus colaboradores, colaboradoras, sindicatos e demais partes interessadas.”

Queimadas neste ano no Vale do Paraíba já superam registros em 2023 e 2022, aponta Inpe



O número de queimadas registradas em 2024 no Vale do Paraíba já é superior aos números totais de 2023 e 2022, segundo o monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O mês de agosto é o com maior registros neste ano - leia mais abaixo.

O monitoramento de queimadas do Inpe contabiliza dados a partir 1998 e é atualizado diariamente. De acordo com os números, 2024 já tem 133 queimadas, contra 96 no ano passado e 104 no ano retrasado inteiros. Vale destacar que os dados de 2024 são contados

apenas até este domingo (1º), última atualização disponível, enquanto 2022 e 2023 contam com todos os dias do ano. Outro dado que chama atenção é que o aumento deste ano é puxado justamente por agosto, que teve 64 (quase metade) dos registros totais de 2024. O mês concentrou muitos incêndios em todo o interior de São Paulo. Em agosto do ano passado, o painel do Inpe registrou 40 queimadas - este ano, porém, registrou um aumento de 60%.

Em agosto deste ano, o dia 23 foi o dia com maior número de quei-

madas segundo o Inpe - foram 17. Foi justamente nesta data que a Defesa Civil de São Paulo instalou um gabinete de crise para ações de combate contra incêndios no estado. O aumento registrado neste ano também é puxado por outros dois meses - junho teve 25 queimadas, o maior número desde 2003 (teve 29), e maio teve 21, maior número também desde 2003 (teve 30).

No fim da última semana, a Defesa Civil de São Paulo emitiu um novo alerta para a possibilidade de novas queimadas no Vale do Paraíba.

A Gazeta dos Municípios

Tudo o que você lê aqui !

Você encontra em:

www.agazetadosmunicipios.com

Contato: (12) 3672-2257

